

Discurso da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na cerimônia de doação de terras do Patrimônio da União para o governo do Distrito Federal

Brasília, 06 de novembro de 2012

Gostaria de iniciar dizendo da minha satisfação em participar desse momento tão importante para o governo federal, o governo do DF e, especialmente para as famílias que colherão os frutos deste momento.

A destinação adequada de terras da União pode ser uma política pública muito importante pois ela, dependendo de como for feita, favorece a inclusão social – e é, portanto, determinante do processo de erradicação da miséria e de garantia do acesso à terra.

Além disso, permite a implantação e a melhoria da infraestrutura do País – com a instalação de hidrelétricas e portos, por exemplo –, o que também contribui para a melhoria das condições de emprego e renda.

Mas nem sempre as terras da União foram utilizadas para cumprir esse importante papel social e econômico.

Desde 2003, no início do governo Lula, a Secretaria do Patrimônio da União vem apoiando iniciativas que buscam a inclusão social.

Foram doados terrenos para programas de regularização fundiária, para a construção de universidades, escolas, creches, postos de saúde e centros de assistência social, e para a instalação de unidades industriais e estações de tratamento de esgoto.

A partir de 2009, com o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, passamos também a destinar áreas para construção de habitações para famílias de baixa renda.

Todo esse trabalho continua com a Presidenta Dilma.

Somente no ano passado, o Minha Casa, Minha Vida, em parceria com estados e municípios, associações e cooperativas, recebeu mais de 11,5 milhões de metros quadrados de terras da União para projetos de habitação e regularização fundiária urbana de interesse social, beneficiando mais de 10 mil famílias de baixa renda.

Essa ação se combina com a destinação agora em 2012, de quase R\$ 908 milhões para a construção de mais de 20 mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida – modalidade Entidades.

Nessa versão, o programa é dedicado ao financiamento de habitações por meio de associações que reúnem famílias com renda mensal de até R\$ 1.600.

Já por meio do PAC Urbanização o governo federal destinou 46 áreas, em um total de 45 milhões de metros quadrados, beneficiando 107 mil famílias.

Ainda está em análise a destinação de mais 86 áreas, em um total de 89 milhões de metros quadrados, que podem beneficiar outras 126 mil famílias.

O ato de hoje representa mais um passo desse trabalho, com a doação da União para o governo do Distrito Federal de área de 2,5 milhões de metros quadrados, avaliada em R\$ 104 milhões.

Na previsão do GDF, os quatro lotes doados beneficiarão cerca de 30 mil famílias na região do Itapoã. Dessas famílias, 20 mil terão os imóveis regularizados, e outras 10 mil conseguirão a casa própria.

O GDF é conhecido pela tradição e força de seus movimentos de direito à moradia, que já atuaram em condições muito adversas e que tem hoje, com o governo federal e o GDF, parcerias para viabilizar moradia

para a população que mais precisa.

Esse é outro traço importante da política de destinação de terras da União, o diálogo com aqueles que são os potenciais usuários.

É o caso dos grupos de trabalho da Secretaria do Patrimônio da União que analisam projetos de habitação de interesse social junto com movimentos sociais de moradia.

Gostaria de agradecer às equipes da Secretaria de Patrimônio da União, da sede e da regional do Distrito Federal, que atuaram neste processo e também ao time do GDF, que dividiu conosco a elaboração deste projeto.

Por fim, a portaria que assino hoje autorizando a doação dos lotes da União para o GDF é apenas o primeiro passo. Agora vamos cuidar da construção das casas, para que os beneficiários dessa iniciativa assegurem, o mais rápido possível, o direito à moradia digna.

Muito obrigada.